

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUZIA APARECIDA DE MELO CAMPOS

CULTIVO DE ERVAS MEDICINAIS COMO ALTERNATIVA PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR – REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA REALIZADA
NO COLÉGIO ESTADUAL ALMIRANTE TAMANDARÉ SITUADO NA RUA ROCHA
POMBO, NÚMERO 85

MATINHOS
2011

LUZIA APARECIDA DE MELO CAMPOS

CULTIVO DE ERVAS MEDICINAIS COMO ALTERNATIVA PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR – REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA REALIZADA NO COLÉGIO
ESTADUAL ALMIRANTE TAMANDARÉ SITUADO NA RUA ROCHA POMBO,
NÚMERO 85

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Educação do Campo,
Setor Litoral, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção
do título de especialista.

Orientador: Cinthia Maria de Sena
Abrahão

MATINHOS
2011

TÍTULO: CULTIVO DE ERVAS MEDICINAIS COMO ALTERNATIVA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR – REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA REALIZADA NO COLÉGIO ESTADUAL ALMIRANTE TAMANDARÉ SITUADO NA RUA ROCHA POMBO, NÚMERO 85

Luzia Aparecida de Melo Campos

Orientadora: Cinthia Maria de Sena Abrahão

RESUMO

O presente artigo foi idealizado a partir das reflexões feitas sobre a vida do Campo e os impactos da mesma na sociedade brasileira. Objetivando pensar numa escola democrática que educa para além dos muros escolares, foi possível realizar um trabalho voltado para aqueles que vivem no campo. Assim, o projeto realizado procurou agrupar os alunos que vivem no Campo e, juntamente com seus familiares almejamos um trabalho voltado para a produção de ervas medicinais, com práticas de secagem, armazenamento, cuidado com o solo, sendo esta uma possibilidade de resgatar a qualidade de vida dos pequenos sítiantes de nossa região. Com esse intuito montamos uma parceria com a Secretaria de Agricultura, que disponibilizou um técnico para palestrar na escola e realizar visitas aos sítios, para esclarecimentos sobre o cuidado adequado ao solo e sobre cultivo das ervas, manuseio com as sementes e mudas e as técnicas de secagem, armazenamento e embalagens após a secagem. Os produtos cultivados serão posteriormente vendidos na Feira do Agricultor e também na Farmácia de Manipulação. O objetivo maior desse projeto foi pensar estratégias de ação, viabilizando o resgate da vida no campo e para o campo, com intuito de ajudar os pais e alunos oriundos do campo

para que os mesmos consigam obter êxito através do trabalho com Ervas Medicinais. Através da ajuda da Secretaria de Agricultura e dos Agrônomos conseguimos viabilizar um espaço para ministrar palestras aos pais e aos alunos, o projeto tem todos os amparos para ser concretizado, sendo que os resultados serão vistos após aplicação e desenvolvimento do projeto nos próximos anos.

Palavras-chave: Ervas medicinais – Agricultura Familiar – Educação do Campo

O CONTEXTO

No mundo contemporâneo as necessidades voltadas para a continuidade da vida no Campo tem sido uma polêmica, pois muitos camponeses e seus familiares acabaram por deixar suas terras e modo de viver para tentar a sorte grande nos grandes centros. O mundo urbano aparentemente lhes parecia a solução para muitos problemas, como falta de recursos para administrar sua terras, a forma de trabalho e as possibilidades de estudo e emprego pareciam ser melhores. Os outros motivos que levaram muitos habitantes da zona rural a sair de suas terras foram: mecanização da produção rural, fuga de desastres sociais (secas, enchentes, etc.), qualidade de ensino e necessidade de infra-estrutura e serviços (hospitais, transportes, educação, etc.). Somente depois que estavam nos grandes centros é que percebem que as dificuldades na cidade também são uma constante. Vale ressaltar aqui que as mudanças na economia com várias modificações de trabalho e na estrutura agrária, resultaram em grande fluxo migratório interno e externo às fronteiras estaduais.

Assim migrantes oriundos dos campos ou de pequenos municípios deixaram seu modo de vida tipicamente agrário ou peculiar de pequenas vilas para se somarem aos habitantes urbanos na busca de trabalho, bens e serviços, querendo acesso ao solo e à cidade. E se já havia contradições nas questões de urbanização,

ampliaram-se essas contradições, fazendo surgir favelas, gerando um grande problema de distribuição de rendas e desigualdade social.

Com o Êxodo Rural também houve grande fluxo nas cidades que necessitaram passar por uma reforma ampla em sua estrutura física e na distribuição de rendas e terras, houve grande veiculação de melhorias, mas que não chegou a atingir a todos, o que gerou o fluxo de favelas, cortiços, violência e insuficiência de emprego. Cabe ressaltar neste espaço o Êxodo Rural na História; na Roma Antiga, durante o Império Romano, a mão- de- obra escrava foi substituindo o trabalho livre na zona rural. Estes camponeses começaram a migrar em grande quantidade para as cidades romanas, principalmente, a capital do Império, Roma. Essa legião de desocupados passou a preocupar os imperadores, que tinham medo de revoltas. Criaram, para evitar problemas sociais nas cidades, a política do pão e circo (comida e diversão) para acalmar e distrair os desempregados. Já na Idade Média entre os séculos XIII e XV (baixa Idade Média), o comércio voltou a ser praticado impulsionando o surgimento e desenvolvimento das cidades. Uma nova classe social surgiu, a burguesia. Muitos camponeses deixaram a zona rural em busca de melhores condições de vida nestas cidades. Com a Revolução Industrial no século XVIII, as grandes cidades européias passaram a atrair grandes quantidades de camponeses. Estes buscavam trabalho nas fábricas e melhores salários.

Brasil: industrialização e urbanização no pós-1960

Durante o governo de Juscelino Kubitschek houve forte investimento no desenvolvimento industrial no Brasil, no qual diversas empresas multinacionais e montadoras de veículos construíram fábricas em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. A industrialização concentrada na região sudeste estimulou o processo migratório, especialmente a partir da região nordeste. As levadas de migrantes eram motivadas pela busca de melhores condições de vida. A construção de Brasília também contribuiu para o êxodo rural, no final da década de 1950. Migrantes do

Norte e Nordeste foram para o centro-oeste em busca de empregos. A incapacidade de retenção dessa população nas regiões de origem, onde a pobreza intensa atuava como expulsora da população terminou por promover nas cidades industrializadas do sudeste e na capital federal recém-construída um crescimento desordenado, e com isso vários problemas sociais.

Silva (2009) ressalta a relação Industrialização – Desenvolvimento - Trabalho, construída a partir do século XVIII. Com o aparecimento da indústria e a sua consolidação em alguns países da Europa, começa a ocorrer uma mudança radical e o trabalho passa a ser visto como o modo pelo qual os vários países buscam sustentação econômica. O processo de industrialização modifica profundamente as relações de trabalho e a estrutura econômica, social e ambiental dos países envolvidos nessa “nova” atividade. A industrialização começa a se configurar como sinônimo de desenvolvimento, assim o desenvolvimento teve como sinônimo o termo modernização.

Resgatando um pouco da história, podemos dizer que esse processo é sentido no Brasil a partir da década de 1960, com a Revolução Verde. A modernização, já com ares de agricultura contemporânea, ganhou força no espaço campo, através da homogeneização da agricultura, com a utilização das monoculturas, máquinas, insumos e crédito agrícola, que se configuram no denominado “pacote tecnológico”. Atrelando a indústria ao campo e mudando as relações de trabalho – natureza, de forma a excluir os agricultores (as) que não conseguissem acompanhar a chamada tecnificação.

Dessa forma, a agricultura familiar é vista nesse contexto como algo atrasado, sendo que os aparatos, ditos modernos, tinham a função de trazer a modernização urbana para o campo.

O estereótipo do Jeca Tatu, da obra de Monteiro Lobato, que Frossard (2003) rememora, dizendo que é a imagem de um homem tomado pela falta de perspectiva, cheio de filhos, que mora em uma casa quase caindo, tendo a família tomada por doenças e sem as condições mínimas de sobrevivência. O Jeca é aquela pessoa

que vive na miséria e não possui nenhuma possibilidade de mudar a sua realidade. Tal visão retratou durante muito tempo o campesinato.

A tecnificação do campo foi realizada sobre a bandeira do desenvolvimento e levou a exclusão do camponês, não apenas do espaço rural, mas da própria capacidade de se desenvolver como sujeito da sua vida, história, cultura, realidade e da educação.

Martins (2008) retrata muito bem no seu artigo essa situação, colocando que o avanço tecnológico e ideológico sobre os sujeitos sociais é representado no campo pelo agronegócio, que se consolida como a única categoria existente no mundo rural. Quando o autor vincula expansão tecnológica ao agronegócio, podemos perceber que o desenvolvimento voltado ao campo contemplou apenas a classe dos grandes produtores (dominadores do capital), os quais hoje formam os principais exportadores de monoculturas (soja, milho e cana-de-açúcar) do Brasil, consolidando dessa forma o modo de produção capitalista.

Hoje sabe-se que no Brasil 40 milhões de camponeses pobres e camponeses sem terra que lutam pela conquista de seus direitos pois se viram excluídos desse processo de desenvolvimento, pautado no econômico, tanto que a Educação do Campo, hoje, faz parte de um novo projeto de sociedade que pensa em desenvolvimento permeado pela vida, pela história de educadores (as) e educandos (as) e por sua cultura.

E se pensarmos em uma relação com a natureza, podemos perguntar aos nossos familiares ou as pessoas que passaram a vida toda no campo, qual era o modo de produção na roça de seus avós ou bisavós? Podemos com esse questionamento chegar à conclusão de Silva (2009), que diz que as formas de produção camponesa envolviam grande parte da comunidade, nos chamados mutirões. Nelas, as pessoas se uniam para plantar ou colher, foram sendo reduzidas com o processo de “modernização”.

É importante saber que as políticas públicas voltadas para a educação do campo precisam reconhecer a complexa realidade do país, assegurando, dessa

forma, que o reconhecimento desse espaço de vida social ocorra mediante o acolhimento das diferenças e o pertencimento se faça sob o ponto de vista educacional e pela igualdade, pois ainda nos dias atuais existem indivíduos no campo e que precisam de apoio e sustentabilidade e uma educação que atenda as necessidades e interesses do campo, considerando os diferentes grupos humanos que compõem o cenário rural.

No Estado do Paraná, a urbanização foi intensa nas décadas de 1970 e 1980. Na época, a população das áreas rurais, atraída pelo desenvolvimento industrial começou a dar uma nova cara às cidades-pólo como Curitiba e região metropolitana, Londrina e Maringá.

Desde a década de 60 e início de 70 vêm sendo discutidas e muitas questões polêmicas têm sido levantadas em torno da questão da criação de condições para retenção da população rural no campo. Isso por que muitos camponeses e seus familiares acabaram por deixar suas terras e modo de viver para tentar a sorte grande nas grandes cidades. O mundo urbano aparentemente lhes parecia a solução para muitos problemas, como falta de recursos para administrar sua terras, a forma de trabalho e as possibilidades de estudo e emprego pareciam ser melhores. Os outros motivos que levaram muitos habitantes da zona rural a sair de suas terras foram: mecanização da produção rural, fuga de desastres sociais (secas, enchentes, etc.), qualidade de ensino e necessidade de infra-estrutura e serviços (hospitais, transportes, educação (MOURA 2003). Os camponeses só depois de estarem nos grandes centros urbanos é que percebem que as dificuldades na cidade também são uma constante. Vale ressaltar aqui que as mudanças na economia com várias modificações de trabalho e na estrutura agrária, resultaram em grande fluxo migratório interno e externo às fronteiras estaduais.

Assim migrantes oriundos do campo ou de pequenos municípios deixaram seu modo de vida tipicamente agrário ou peculiar de pequenas vilas para somarem aos habitantes urbanos na busca de trabalho, bens e serviços, querendo acesso ao solo e à cidade. E se já havia contradições nas questões de urbanização,

ampliaram-se essas contradições, fazendo surgir favelas, gerando um grande problema de distribuição de rendas e desigualdade social, tanto no Brasil como no Paraná.

Com o Êxodo Rural também houve grande fluxo nas cidades que necessitaram passar por uma reforma ampla em sua estrutura física e na distribuição de rendas e terras, houve grande veiculação de melhorias, mas que não chegou a atingir a todos, o que gerou o fluxo de favelas, cortiços, violência e insuficiência de emprego no Paraná.

A contagem feita em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população paranaense que vive nas áreas urbanas é de 4.710.608 pessoas e a que vive nas áreas rurais é de 1.551.677. O estudo, porém, deixou de fora as oito cidades que possuem mais de 170 mil habitantes. A população paranaense atualmente é de 10.284.503, dos quais 6.262.285 vivem nas cidades onde a população foi contada. As demais, 4.022.218, vivem nos municípios que não foram levados em conta pelo estudo: Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.

Esta pesquisa foi disponibilizada no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) que mostra que a maioria das pessoas que vivem nos 391 municípios estudados estão nas zonas urbanas. São 4.710.608 contra 1.551.677 das áreas rurais. Em apenas 86 municípios, os moradores do campo se sobressaem aos da área urbana. Grande parte dessas localidades é pequena e ficam no interior do Estado. A que mais foge desse perfil é Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, onde a população é de 82.006 habitantes, divididos em 37.579 nas áreas urbanas e 44.427 na zona rural.

Outro dado revelado pelo IBGE é que, nas áreas urbanas, a maioria da população é composta por mulheres: são 2.392.683 contra 2.298.871 homens. No entanto, a situação se inverte no campo. São 808.385 homens contra 729.684 mulheres.

Ainda segundo o instituto, essas cidades possuem 1.609.239 habitantes com idade entre 0 e 14 anos, mais 574.756 jovens com idade entre 15 e 19 anos, além

de 3.385.439 pessoas com idade entre 20 e 59 anos. A população de idosos, pessoas com mais de 60 anos, está 660.189 pessoas. Com isto vimos à necessidade de se pensar políticas públicas que visem à sustentabilidade do homem no campo.

A partir desta realidade marcada pela migração intensa, pelo esvaziamento das cidades pequenas dependentes atividade rural e pelo inchaço crescente de poucas cidades, seja no Brasil ou no Paraná, sentiu-se a necessidade de criar políticas públicas voltadas para a vida do Campo e no Campo. A partir daí se justifica a necessidade de criar uma Escola do Campo e para o Campo e os Cadernos Temáticos que trazem em seu bojo, caminhos e estratégias de ação que visam garantir a permanência dos camponeses e seus familiares no Campo, com vida digna e com possibilidades de dar continuidade em seus trabalhos, perpetuando de pais para filhos este patrimônio econômico e cultural.

Segundo Ricardo Henriques (In BRASIL, 2003), todo este aspecto foi criado, a partir da implementação dessas diretrizes, fato que já vem ocorrendo em forma de práticas governamentais concretas, é compromisso assumido pelo governo federal, já por ocasião do Grito da Terra Brasil/2003 e reafirmado na IIª Conferência de Educação do Campo, em agosto de 2004. Portanto, vem ao encontro do processo inovador de construção de políticas públicas, que inaugura um novo patamar na relação do Governo Federal com os Governos Estaduais e Municipais, com os povos organizados do campo. O Ministério da Educação está assumindo sua parte, e quer efetivá-la de forma compartilhada com os diversos sujeitos governamentais e não-governamentais comprometidos com a afirmação de um modelo de desenvolvimento sustentável – ecológico, equânime e exclusivo (In BRASIL, 2002, p. 3).

A implementação dessas Diretrizes foi compromisso assumido pelo Governo Federal em 2003. E em agosto de 2004 houve a II Conferência de Educação do Campo que reafirmou a necessidade de inovar na Construção de Políticas Públicas para os povos organizados do Campo.

Foi com a ajuda deste documento que pensamos um trabalho voltado para o cultivo das Ervas Medicinais com alguns proprietários de chácaras e sítios nos arredores do município de Cruzeiro do Oeste, que fica a Noroeste do Estado do Paraná, com aproximadamente 5 mil sítiantes, que produzem verduras e frutas. Mais ou menos 2 mil sítiantes são pecuaristas que vivem da compra e venda de gado cujos filhos estudam na cidade, mas esses mesmos filhos sentem a necessidade de dar continuidade a prática realizada em suas terras.

A implementação da proposta foi num momento de diálogo no colégio Estadual Almirante Tamandaré com todos os professores de Biologia, Ciências, pais dos alunos sítiantes, alunos e equipe escolar, pessoas envolvidos com uma educação de qualidade. A partir daí é que idealizamos este projeto acreditando ser uma possibilidade de contribuir para a melhoria de vida para os alunos e pais que vivem no campo e para o campo.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente trabalho foi idealizado com 35 alunos do ensino médio (3º ano) e mais precisamente uma turma de alunos do Colégio Estadual Almirante Tamandaré do Município de Cruzeiro do Oeste que residem na zona rural. Delimitamos o trabalho com uma única turma a título de experiência. A escola não está situada na área rural, mas grande parte dos alunos é oriunda da zona rural, moram com seus pais que são sítiantes residentes próximos ao município de Cruzeiro do Oeste.

Assim, sugerimos aos alunos que são residentes da zona rural, a realização de uma horta medicinal, por ser um tema propício, pois os pais dos alunos produzem e vendem na feira do produtor ervas para alívio de dores como: hortelã, erva-cidreira, cavalinha, chapéu de couro, erva de são João, ginseng, alfavaca, babosa, erva-doce, manjerona, arruda entre outras. Através de estudos sobre plantio,

armazenamento, cuidados com o solo, partimos para a prática, com a ajuda e parceria da Secretaria da agricultura que ofereceu o suporte de alguns profissionais que elaboraram um material para ministrarem palestras aos pais, alunos e professores para torná-los aptos para o desenvolvimento do projeto em si. Além disso, os profissionais nos cederam algumas sementes e mudas.

Começamos o trabalho viabilizando condições para que os pais dos alunos começassem o trabalho com a terra, colocando esterco, manuseando o plantio e aos alunos coube verificar juntamente com o agrônomo se a forma trabalhada estava certa, tanto no que diz respeito aos cuidados com o solo e no momento do plantio. Assim, vimos que realmente a escola tem que ter um espaço aberto para trabalhar com as necessidades dos alunos e seus familiares. As dificuldades existem, mas também vimos que todo sujeito tem potencialidades, pois os pais colocaram em prática também os seus conhecimentos de vida.

Foi relevante ver os mais experientes ensinando e os menos experientes atentos para aprender, comprovando que todo o indivíduo aprende e se desenvolve nas relações entre os sujeitos com o contexto e com o objeto a ser conhecido, neste caso o manuseio com a terra e o plantio de ervas medicinais o que para nós era o conteúdo. Os pais disseram estar comovidos pela dedicação dos filhos diante de seus ensinamentos e envolvimento com as atividades de plantio e manuseio com a terra. Já os alunos demonstraram muito interesse em dar continuidade ao trabalho dos pais, disseram sentir-se mais valorizados e também passaram a valorizar mais a vida no campo, demonstrando maior interesse nos trabalhos realizados no Campo e para o Campo. As fotos em anexo e os depoimentos colhidos comprovam a real necessidade de se trabalhar na escola com aspectos reais e do cotidiano dos alunos, ajudando-os a encontrar caminhos para qualidade de vida.

O projeto foi realizado com 35 alunos do 3º ano do Ensino Médio, onde 3 professores das disciplinas de Ciências, Biologia e Língua Portuguesa, trabalharam em conjunto temas referentes ao cultivo da terra, vantagens do uso das ervas medicinais, como uma forma e meio de renda e produção para os pais e alunos.

Trabalhou-se também com pesquisa e estudo sobre os tipos de solo existentes na região e quais plantas são adequadas ao tipo de solo existente nas propriedades dos alunos. O trabalho realizou-se em 3 meses e modificou toda a dinâmica da escola, pois os profissionais da Secretaria da Agricultura juntamente com os professores promoveram palestras para os pais dos alunos e para os alunos ensinando as técnicas de plantio, colheita e secagem das plantas e também houve visitas nas propriedades onde futuramente realizar-se-á o plantio e desenvolvimento deste projeto.

Vale destacar aqui algumas reflexões de Paulo Freire autor da obra *Pedagogia da Autonomia* (1987), onde faz críticas ao ensino tradicional, alegando que a tarefa do educador não é de transmissor de conteúdos, mas também é tarefa do educador formar os educandos para desempenharem seu papel como verdadeiros cidadãos. Segundo Freire (1987), para formar os educandos se faz necessário que o professor tenha um posicionamento ético que o impossibilite fazer qualquer tipo de discriminação, seja de raça, de gênero, de classe. Em várias partes do livro, Paulo Freire vai afirma e reafirma uma espécie de chave para o papel transformador possível da educação. “Significa reconhecer que somos seres condicionados, mas não determinados. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-me reiterar, é problemático e não inexorável” (1987, pág. 21).

Apesar de tudo conspirar para que acreditemos que não há mudanças substanciais no horizonte, a história humana é uma história de mudanças. Freire nesta frase nos lembra que a “História é tempo de possibilidade”, querendo dizer que enquanto estivermos vivos e conscientes devemos lutar por um mundo melhor. Ele vai reafirmar esta verdade na frase abaixo: “Devo enfatizar que este livro é um livro esperançoso, um livro otimista, mas não ingenuamente construído de otimismo falso e de esperança vã” (FREIRE, 1987, pág. 21). Assim vimos em nossos alunos e em seus pais avivar a vontade de prosseguir em busca do êxito e da continuidade de vida no campo através deste projeto com ervas medicinais.

3 CONSIDERAÇÕES

Vimos a partir da experiência relatada que a escola precisa pensar numa mudança na sua política pedagógica, só assim poderá emancipar-se e formar para o coletivo, acreditando que só através de parcerias, de maior interação com a comunidade escolar extra-escolar é possível alcançar grandes metas.

Desenvolvendo esta atividade vimos que a escola precisa realmente trabalhar com o real, organizando e discutindo formas de achar saídas para os problemas que aparecem, planejando e dividindo tarefas. Foi assim que visualizamos as necessidades dos nossos alunos oriundos da zona rural e neste caminho novo construímos um sonho e também levamos os alunos e seus familiares a sonhar conosco, na tentativa de resgatar a dignidade e a autonomia deste pequeno grupo de alunos, que vislumbravam com a idéia de melhorar sua vida e de seus familiares.

Assim vale destacar aqui a fala de Caldart: “Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é ter claro que o ser humano precisa ajudar a formar, e como pode contribuir com a formação de novos sujeitos sociais que se constituem no campo, hoje. A escola precisa assumir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atento à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e militantes sociais” (CALDART, 2005, p.30).

Penso que foi assim que vimos às necessidades de nossos alunos e também verificamos a possibilidade de agrupar as necessidades dos alunos do campo e almejamos este projeto com ervas medicinais, para que nossos alunos pudessem construir na identidade, mantendo viva sua memória e sua origem.

Foi possível neste trabalho garantir a apropriação de conhecimentos mais avançados e comprometidos com a transformação social promovendo a autonomia dos que vivem no campo e para o campo.

Através dos grupos de estudo e trabalho, vimos nossos alunos envolvidos, buscando chegar a um resultado, o envolvimento de cada um e seu comprometimento fez-nos pensar que Freire e Makarenko tinham razão ao dizer que:

O trabalho pedagógico democrático tem verdadeiro sentido quando é vivo, sendo um processo de educação e formação que se faz no trabalho e não no discurso sobre o que ele é, na teoria, mas na possibilidade de transformar a prática, adequá-la, modificá-la e reestruturá-la de acordo com as necessidades surgidas. (Freire e Makarenko in Apostila Educação do Campo, página 5, 2010).

Assim vimos nossos alunos envolvidos em práticas e processos ativos com sentido e significados para o trabalho além da sala de aula, práticas estas voltadas para o mundo no qual estão inseridos e para a construção do seu agir e pensar, podendo assim levá-los a um fazer, um construir, um transformar.

Vimos que os alunos manuseavam a terra com amor e dedicação, acreditando na possibilidade de crescer, de resgatar sua posição na acepção social. O Projeto contou com a parceria de pessoas já envolvidas no Campo e que como os alunos vivenciaram novas possibilidades de avançar e melhorar a questão da sobrevivência no campo e do campo.

Os resultados ainda não foram contabilizados, pois iniciou-se o processo do cultivo, mas pela garra e determinação de todos os envolvidos temos a certeza que ter-se-á resultados positivos, pois assim como Freitas acreditamos que “formar na atualidade é preparar o educando para compreender seu tempo e colocá-lo em movimento de transformação, resolvendo situações contraditórias que aparecem no seu mundo real, vencendo a exploração do homem sobre o homem” (FREITAS, 2003, p. 36).

Com isso também foi possível vivenciar as idéias de Salomão, que coloca a escola como espaço não apenas de reprodução, mas lhe confere possibilidade de transgressão, produção, educação política e a serviço. (Salomão In Apostila Especialização em Educação do Campo, Caderno Didático - Módulo II, página 10).

Neste sentido é possível pensar uma escola democrática, onde a proposta pedagógica prioriza a formação integral dos educandos, levando-os a um saber mais elaborado e objetivo, podendo a partir de suas aprendizagens transformarem o local no qual sua família e a si próprio estão inseridos, transformar sua concepção de mundo e de sua tarefa enquanto cidadão consciente de seus direitos e deveres.

Vale destacar também que a escola deve se organizar para que haja um maior fortalecimento do amparo legal para a existência de diversas experiências que demonstrem como é possível através do diálogo e parcerias realizar um trabalho voltado para as necessidades reais dos seus educandos e de suas famílias, proporcionando a articulação entre os conteúdos programáticos e os saberes populares, entre a escola e a vida.

Para tanto é preciso que o Projeto Político Pedagógico seja coeso e claro, fruto de um trabalho coletivo voltado para o crescimento pessoal e para a vida, isto é, que através deles possamos educar pessoas para atuar na sociedade de forma ativa, sem medo de enfrentar os desafios, sabendo de seus direitos e deveres, sendo um cidadão participativo, capaz de ver sua realidade e transformá-la se for preciso.

REFERÊNCIAS:

Apostila (**Especialização em Educação do Campo, Caderno Didático- Módulo II**, página 10), Rosemeire Aparecida de Almeida e Miriam Darlete Seade Guerra.

BRASIL, MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, Resolução CNE/CEB Nº 1 – 3 de abr. de 2002.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que Escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Edição, Rio De Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FROSSARD, Antonio Carlos. **Identidade do Jovem Rural Confrontando com estereótipo do Jeca Tatu**. Dissertação apresentada na Faculdade de Nova Friburgo – Rio De Janeiro. Brasil – Dezembro de 2003.

HOFFMANN, Rodolfo, KAGEYAMA, Ângela A. **Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil**, Rio de Janeiro, dez.1979.

Disponível em:

<http://www.paranaonline.com.br/editoria/cidades/news/280149/?notícia>, acesso em 20/04/2011

Disponível em:

http://www.suapesquisa.com/geografia/exodo_rural.htm, acesso em: 20/03/2011

MARTINS, A.F.G., **Potencialidades Transformadora dos movimentos camponeses no Brasil**, São Paulo. PUC – São Paulo, 2003.

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**, São Paulo, Hucitee, 1981.

MOURA, Rosa. PARANÁ: **Meio Século de Urbanização** – R. RA E GA, Curitiba, n.8, p. 33-34, 2004. Editora UFPR.

SILVA, Tânia Paula. **Reforma Agrária e Educação**: A realidade dos assentamentos Rurais no Mato Grosso do Sul – Editora UFMS, 2008, v. 01, p. 291 – 322.

Disponível em: www.com/geografia/exodo_rural-htm, acesso em 20/03/2011.

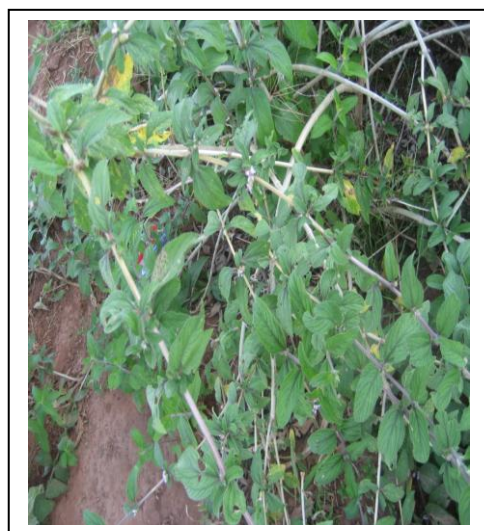
Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em 20/04/2011, acesso em 20 /04/ 2011

ANEXOS

As imagens são referências do trabalho que idealizamos e do plantio das ervas no Colégio Estadual Almirante Tamandaré, que servirão posteriormente para mudas a serem colhidas para uso dos pais dos alunos e também são referências do Viveiro de mudas existente em Cruzeiro do Oeste, local visitado pelos alunos, professores e pais no início do projeto.



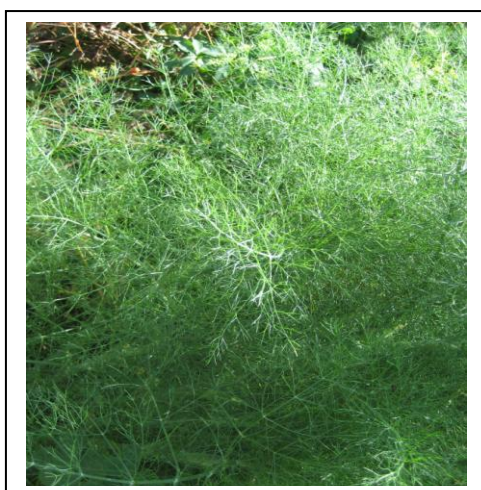
Alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.)



Erva-cidreira (*Melissa officinalis*)



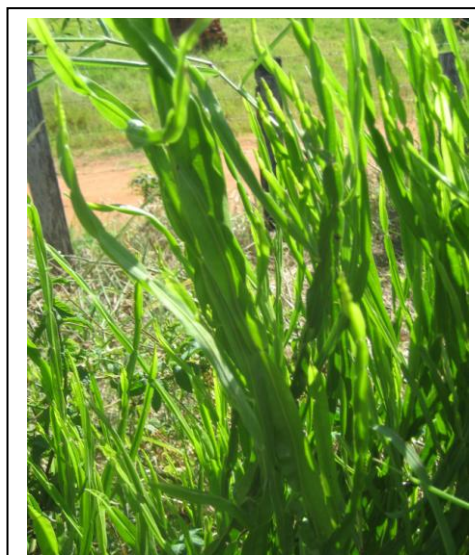
Doril (*Alternanthera brasiliana* Kunt.)



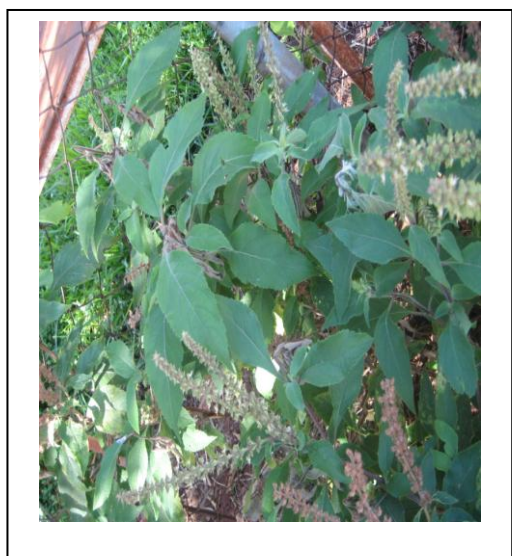
Erva-doce (*Pimpinella anisum*)



Citronela (*Cymbopogon winterianus*)



Carqueja (*Baccharis trimera*)



ALFAVACA - (*Ocimum americanum* L.)



Erva de São João (*Hypericum perforatum* L.)



HORTELÃ ou MENTA (*Mentha spicata*)



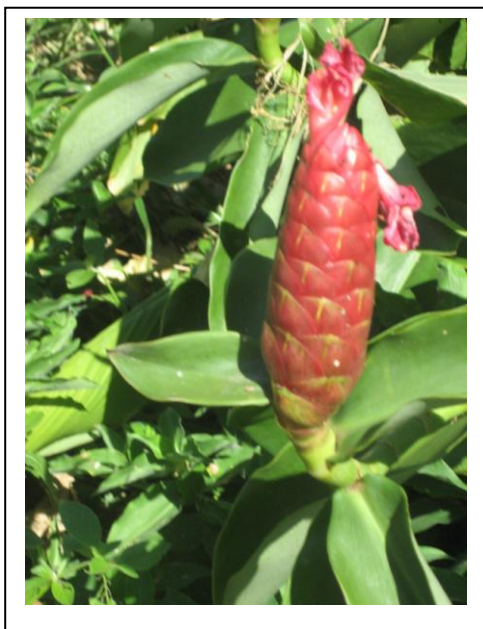
MANJERONA (*Majorana hortensis*)



ARRUDA (*Ruta graveolens* L)



CHAPÉU DE COURO (*Echinodorus macrophyllus*)



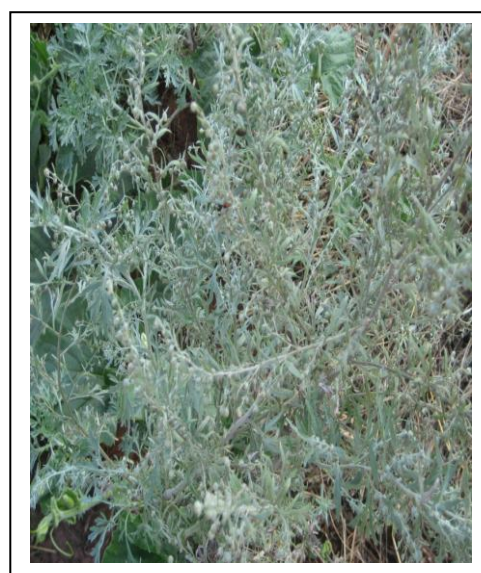
CANA do BREJO *Costus spicatus* (Jacq.) S.w..



Babosa, (*Aloe vera* (L.) Burm.



GUACO (*Mikania guaco*, *Mikania amara*)



Losna ou absinto (*Artemisia absinthium* L.)



novalgina - Mil-folhas (*Achillea millefolium* L.)



Salsa (*Petroselinum crispum*)



Capim-limão, Erva-cidreira (*Cymbopogon citratus* Staupf)



ANADOR (*Justicia pectoralis* var. *stenophylla* Leon).